



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

Aos 19 dias do mês de outubro de 2016, pelas 11 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas:**
 - **Projeto de Lei n.º 308/XIII/2.ª (BE) - Procede à sexta alteração à lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto;**
Relatora: Deputada Susana Amador (PS)
 - **Projeto de Lei n.º 318/XIII/2.ª (CDS-PP) - Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores;**
Relatora: Deputada Susana Amador (PS)
4. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
 - **COM (2016) 466 - Proposta de Regulamento do Parlamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar de proteção internacional, bem como normas relativas ao estatuto uniforme dos refugiados ou pessoas elegíveis para proteção subsidiária e ao conteúdo da proteção concedida, e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho, de 25 de novembro de 2003, relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração;**
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)
 - **COM (2016) 467 - Proposta de Regulamento do Parlamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um procedimento comum de proteção internacional na União Europeia e que revoga a Diretiva 2013/32/EU;**
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)
 - **COM (2016) 468 - Proposta de Regulamento do Parlamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Quadro de Reinstalação da União e altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho;**
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)
5. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
6. **Outros assuntos.**

12H00

Audição da Senhora Ministra da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação do novo Estatuto da GNR, cuja conclusão vem sendo anunciada reiteradamente e, ainda, para dar explicações sobre falhas repetidas de segurança ocorridas no Aeroporto Humberto Delgado, designadamente a fuga na pista do aeroporto de cidadãos estrangeiros;
(A requerimento do GP do PSD)

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

PROPOSTAS DE LEI

N.º/AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
PPL 35/XIII/2. ^a (GOV)	Procede a vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando várias substâncias à Tabela II - A	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
PPL 36/XIII/2. ^a (GOV)	Grandes Opções do Plano para 2017 (deliberada a emissão de pareceres setoriais para as seguintes áreas: justiça, administração interna e igualdade)	Deputado Fernando Negrão (PSD) – Administração Interna; Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) – Justiça; Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) – Igualdade.
PPL 37/XIII/2. ^a (GOV)	Orçamento de Estado para 2017 (deliberada a emissão de pareceres setoriais para as seguintes áreas: justiça, administração interna e igualdade)	Deputado Fernando Negrão (PSD) – Administração Interna; Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) – Justiça; Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) – Igualdade.

PROJETOS DE LEI

N.º/AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
PJL 317/XIII/2. ^a (PAN)	Assegura o direito à Autodeterminação de Género	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
PJL 318/XIII/2. ^a (CDS-PP)	Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores	Deputada Susana Amador (PS)
PJL 327/XIII/2. ^a (BE)	Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro)	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<p>COM(2016)602] - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu e ao Conselho - Reforçar a segurança num mundo de mobilidade: um melhor intercâmbio das informações na luta contra o terrorismo e fronteiras externas mais seguras.</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COM(2016)635 - RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a Decisão de Execução do Conselho, de 12 de maio de 2016, que estabelece uma recomendação quanto à realização de controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen .</p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>NA</p>
<p>COM(2016)230 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO dar cumprimento à Agenda Europeia para a Segurança para combater o terrorismo e abrir caminho à criação de uma União da Segurança genuína e eficaz</p>	<p>Deputado Fernando Negrão (PSD)</p>	<p>NA</p>

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer conjunto sobre o [Projeto de Lei n.º 308/XIII/2.ª \(BE\)](#) - Procede à sexta alteração à lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, e o [Projeto de Lei n.º 318/XIII/2.ª \(CDS-PP\)](#) - Altera a Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais), em matéria de candidaturas por grupos de cidadãos eleitores, que foi apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Susana Amador (PS). Após as intervenções dos Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), José Manuel Pureza (BE) e António Filipe (PCP), que saudaram a relatora pelo carácter objetivo e rigoroso do trabalho apresentado, tendo o Senhor Deputado António Filipe (PCP) alertado para a necessidade de clarificar a questão da maioria exigida para aprovação da lei em questão: disse ter dúvidas quanto a ser necessária uma maioria de 2/3 dos Deputados na sua aprovação final global, mas já não quanto à necessidade de a mesma se revestir da forma de lei orgânica.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

No final, submetido a votação, o parecer conjunto foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação dos relatórios sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece normas relativas às condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar de proteção internacional, bem como normas relativas ao estatuto uniforme dos refugiados ou pessoas elegíveis para proteção subsidiária e ao conteúdo da proteção concedida, e que altera a Diretiva 2003/109/CE do Conselho, de 25 de novembro de 2003, relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração ([COM \(2016\) 466](#)); a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um procedimento comum de proteção internacional na União Europeia e que revoga a Diretiva 2013/32/EU ([COM \(2016\) 467](#)); e a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui o Quadro de Reinstalação da União e altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho ([COM \(2016\) 468](#)), que foram apresentados conjuntamente pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD).

No debate que se seguiu, em que intervieram, além do Deputado relator, as Senhoras e os Senhores Deputados Jorge Lacão (PS), José Manuel Pureza (BE), Susana Amador (PS), foi por todos manifestado grande interesse numa reflexão mais aprofundada, em eventual audição conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus (CAE) da Senhora Ministra da Administração Interna e da Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, sobre a matéria de que as iniciativas são objeto, designadamente sobre o procedimento comum de proteção internacional [COM(2016)467], em particular quanto à proposta de substituição das listas nacionais por uma lista da UE de países de origem designados como seguros, sobretudo atenta a especial sensibilidade das relações de Portugal com determinados países fora do espaço europeu com quem mantém interesses permanentes, tendo o Senhor Presidente ficado de contactar a Senhora Presidente da CAE nesse sentido.

No final, submetidos a votação, o relatório relativo à COM(2016)467 foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e abstenções do BE e do PCP, e os relatórios



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

relativos às COM(2016)466 e COM(2016)468 foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao sexto ponto, reservado a outros assuntos, no qual o Senhor Presidente informou que, nessa mesma manhã, poucos minutos antes do início da presente reunião, dera entrada um requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para a audição, com urgência, da Ministra da Justiça e do Diretor-Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais na Comissão a fim de prestarem esclarecimentos acerca de declarações prestadas sobre a situação financeira dessa Direção-Geral.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) usou da palavra para propor que a apresentação e votação do requerimento do PSD tivessem lugar na reunião seguinte da Comissão, uma vez que o artigo 17.º do Regulamento dispõe que a Comissão só pode tomar deliberações sobre assuntos que constem da ordem de trabalhos da respetiva reunião, que não era o caso, tendo o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) retorquido que, então, pretendia fazer uma curta apresentação do requerimento, deixando a respetiva votação para a reunião seguinte.

Verificada a ausência de consenso por parte dos presentes, que impossibilitava a votação do requerimento - n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento -, e uma vez que o mesmo fora distribuído, sendo o seu teor do conhecimento dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente decidiu agendar para a reunião seguinte não só a votação como a apresentação do requerimento.

Após uma curta interrupção, teve início a audição da Senhora Ministra da Administração Interna (Constança Urbano de Sousa) – que se fez acompanhar pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Interna (Jorge Gomes) -, para prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação do novo Estatuto da GNR, cuja conclusão vem sendo anunciada reiteradamente e, ainda, para dar explicações sobre falhas repetidas de segurança ocorridas no Aeroporto Humberto Delgado, designadamente a fuga na pista do aeroporto de cidadãos estrangeiros, audição requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

Considerando a sensibilidade do tema relacionado com as falhas de segurança ocorridas no Aeroporto Humberto Delgado, foi decidido que a audição, no que a este tema concerne, decorreria a porta fechada, nos termos previstos no Regulamento desta Comissão.

Assim, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), expondo o requerimento na parte respeitante ao Estatuto da GNR, tendo a Senhora Ministra prestado os devidos esclarecimentos.

Seguiu-se uma ronda de questões das Senhoras e dos Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), Sandra Cunha (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), e Luís Marques Guedes (PSD), as quais foram respondidas conjuntamente pela Senhora Ministra da Administração Interna.

Até este momento, a audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Por ter sido decidido usar da faculdade supra exposta, o Senhor Presidente pediu aos senhores jornalistas que abandonassem a sala, tendo a audição na parte respeitante ao segundo tema decorrido à porta fechada. Assim, começou o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) por expor o tema das falhas repetidas de segurança ocorridas no Aeroporto Humberto Delgado, solicitando esclarecimentos quanto à necessidade de reforço das medidas de segurança deste aeroporto (meios físicos e meios humanos), bem como questionou sobre a existência de programa de recrutamento para o Serviço de Estrangeiros considerando a idade média dos seus inspetores, tendo a Senhora Ministra prestados os necessários esclarecimentos.

Seguiu-se uma ronda de questões das Senhoras e dos Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), Jorge Machado (PCP), Fernando Negrão (PSD) e Luís Marques Guedes (PSD), as quais foram respondidas conjuntamente pela Senhora Ministra da Administração Interna, tendo o Senhor Presidente, no final, agradecido a presença e os contributos dados.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 6/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
Jamila Madeira
José Luís Ferreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Carla Sousa
Jorge Lação
Jorge Machado
Maria Germana Rocha
Nuno Magalhães
Pedro Pimpão
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Carlos Peixoto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: